

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

DIREITO

AMANDA ICHIKAWA

GABRIELA DE MELO SILVA

INGRID DOS SANTOS DIAS

MARIA EDUARDA DE CARVALHO BRITO

MARIA LUIZA ACOSTA DOS SANTOS

THAMARA VITÓRIA ARAÚJO CARVALHO

VICTOR ALVES DE OLIVEIRA

YOHANSSON FERREIRA

**EXECUÇÃO DE ALIMENTOS**

Direito Processual Civil

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2024

AMANDA ICHIKAWA

GABRIELA DE MELO SILVA

INGRID DOS SANTOS DIAS

MARIA EDUARDA DE CARVALHO BRITO

MARIA LUIZA ACOSTA DOS SANTOS

THAMARA VITÓRIA ARAÚJO CARVALHO

VICTOR ALVES DE OLIVEIRA

YOHANSSON FERREIRA

## **EXECUÇÃO DE ALIMENTOS**

Direito Processual Civil

Trabalho apresentado no curso de graduação da  
Universidade Metodista de São Paulo. Sob orientação da  
Professora Renata Maria Silveira Toledo.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2024

O objetivo deste trabalho é analisar o instituto da execução de alimentos, com enfoque nas modalidades de execução previstas no ordenamento jurídico brasileiro e seus impactos na efetividade da prestação alimentar. Busca-se compreender a adequação dessas modalidades às necessidades dos credores e o papel do Judiciário na sua aplicação.

O tema é de extrema relevância, pois envolve o direito fundamental à subsistência, especialmente de menores, que será aqui tratado. O cumprimento das obrigações alimentares é vital para garantir a dignidade e o bem estar de pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, a alta judicialização desse tema demonstra a necessidade de uma análise aprofundada para identificar obstáculos e propor melhorias nas execuções eficaz dessas obrigações.

Esse trabalho será desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, com base em doutrinas, jurisprudências e legislações pertinentes à execução de alimentos. A pesquisa também contará com a análise de casos práticos, oferecendo uma visão crítica sobre a efetividade das medidas executivas previstas.

A nossa principal hipótese levantada é que as dificuldades na execução de alimentos decorrem da morosidade do Judiciário, da falta de efetividade das medidas coercitivas e da insuficiência econômica dos devedores, o que compromete a eficácia dos mecanismos previstos para garantir o cumprimento das obrigações alimentares.